

OFÍCIO CONASS CONASEMS Nº 002

Brasília, 08 de abril de 2020.

Ao Senhor

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Secretário de Atenção Especializada à Saúde

Ministério da Saúde

Brasília-DF

Assunto: Questões relacionadas à operacionalização de leitos hospitalares para enfrentamento ao COVID-19

Senhor Secretário,

Considerando o cenário atual das ações com foco para enfrentamento à COVID-19, o CONASEMS e o CONASS solicitam que sejam esclarecidos os seguintes aspectos relacionados à operacionalização de leitos hospitalares para enfrentamento ao COVID-19 nas redes de atenção:

- As habilitações de leitos de UTIs, previstos nas Portarias GM/MS nº 414 e 568 DE 2020, bem como a habilitação para Hospitais de retaguarda para atendimento de pacientes não COVID 19, baseada na Portaria nº 561 GM/MS de 2020, estão condicionadas à previsão de que tais leitos estejam descritos nos planos de contingência para o enfrentamento ao COVID-19 aprovados nos estados?

O pagamento dos valores previstos para leitos de UTIs, pelas Portarias GM/MS nº 414 e 568 de 2020, será realizado em parcela única de maneira adiantada. Serão consideradas 90 diárias por leito e a ocupação de 100% desses leitos no período, independentemente da taxa de ocupação de tais leitos no referido período? Isso é necessário em razão da existência dos custos fixos, que independem da taxa de ocupação.

- Para ser feito o pleito de habilitação dos leitos de UTIs, visando o enfrentamento ao COVID-19, os referidos leitos devem estar montados e prontos para entrar em funcionamento?

- Qual o fluxo e critério para solicitação de habilitação de leitos com base na Portaria nº 414 GM/MS de 2020?

- Como deve ser classificado e registrado (faturado) o atendimento realizado em leitos clínicos com suporte para ventilação mecânica invasiva (adulto e infantil)?

- Qual a tipificação, e as orientações do Ministério da Saúde, para os chamados “Hospitais de Campanha” e o seu papel na rede de atenção?

- É possível o funcionamento e financiamento federal de leitos de UTI em unidades temporárias chamadas de “Hospitais de Campanha”?

- Considerando que não existe exigência de habilitação ao código do procedimento, qual o fluxo para que os hospitais possam receber os valores previstos na Portaria nº 245//SAES/MS de 2020?

- Quais as regras de faturamento para que o Hospital possa receber o valor total de R\$ 1.500,00 do procedimento 03.03.01.022-3 – Tratamento de Infecção pelo novo coronavírus – COVID 19? Qual a regra de pagamento para o atendimento de pacientes que permanecem além da média de 5 dias de internação?

- O pagamento dos valores financeiros previstos nas Portarias nº 237 e 245 SAES/MS, de 2020 é definido como extra teto, não onerando o teto MAC das gestões municipais e estaduais! O pagamento será realizado com base na aprovação da produção registrada no Sistema de Hospitalar de Internação – SIH e prévia habilitação dos serviços?

Solicitamos urgência nas respostas solicitadas tendo em vista a necessidade de orientação aos gestores e respectivos prestadores de serviços.

Em tempo, solicitamos que a Portaria nº 414 GM/MS e Portaria nº 237 SAES/MS sejam ajustadas para o mesmo valor de diária de UTIs constante na Portaria nº 568 GM/MS, já que as mesmas estão discrepantes e tratam da mesma finalidade.

Atenciosamente,



ALBERTO BELTRAME
Presidente do CONASS



WILAMES FREIRE BEZERRA
Presidente do CONASEMS